



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Estudos sobre a urbanização e a rede urbana na primeira metade do século XIX

Fania Fridman – coordenadora

Professora Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO GERAL

Está consagrada a ideia de que na colônia portuguesa do Brasil o curso da urbanização se alterou durante o século XVIII e se expandiu no decorrer do Oitocentos. A Sessão Livre pretende, através da reunião de cinco estudos sobre diferentes províncias brasileiras, repensar o elo entre o projeto de povoamento e a ocupação do território por meio das características da urbanização e das redes urbanas ao longo da primeira metade do século XIX. Tal período, de interiorização e recolonização, foi marcado pelo processo de independência, por movimentos de contestação e pela invenção de um país. Sua criação, concomitante à necessidade da formação de um novo povo e de uma nova sociedade (MORAES, 2005; MATTOS, 2007),¹ se deu não apenas através de procedimentos de reorganização territorial, considerada aqui na qualidade de plano primordial tanto para a manutenção das fronteiras e de uma (hipotética) unidade, como para a ampliação do quadro urbano. Reconhecendo os ritmos temporais particulares das configurações espaciais na escala regional que revelam as tensões entre os vários tempos e seus protagonistas, serão apresentados dados quantitativos e qualitativos referidos aos dois primeiros quartéis do Oitocentos sobre vilas, cidades, freguesias e comarcas – lugares dotados de funções e instituições – acrescidos pelos aglomerados rurais como distritos, povoações, arraiais, aldeias, aldeamentos indígenas, quilombos e pelas diferentes infraestruturas (os fixos) que sustentaram o ordenamento. Para o sistema de cidades ou rede urbana, integrada por núcleos de múltiplas formas e dimensões com suas áreas de influência – as cidades e seu império (FRIDMAN, 2020)² –, também se encontram mencionados os fluxos econômicos entre os assentamentos, os caminhos fluviais e terrestres e as conexões administrativas, políticas e eclesiásticas. O levantamento das informações foi realizado em

¹ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. 5ª ed. São Paulo: Annablume, 2005 [1988]; MATTOS, Selma R. de. *Para formar os brasileiros: o compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e expansão para dentro do império do Brasil*. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

² FRIDMAN, Fania. *O império da cidade*. Mesa Cidade, urbanismo, história: questões teórico-metodológicas. XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. FAU/UFBA, 2021.

variadas fontes documentais no sentido de compor uma “cartografia em prosa” (GOMES, 2014)³ de uma época na qual foram montadas as bases para a modernização capitalista do país.

Esta Sessão Livre propõe uma reflexão interdisciplinar que incorpora a atuação dos sujeitos sociais heterogêneos em apoio ou no confronto aos padrões de ocupação/urbanização/regionalização com seus preceitos legais e formato político. As cinco apresentações, de docentes pertencentes a instituições públicas nacionais, ressaltam os mecanismos de elaboração e de controle das áreas a partir do exame sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

VILAS E CIDADES NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO DE 1800 A 1849: UM MOSAICO DE POLARIZAÇÕES NO LITORAL E NO INTERIOR

Sarah Feldman

Professora Livre Docente Sênior do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP)

A configuração de uma rede urbana hierarquizada na província de São Paulo, na primeira metade do século XIX, ecoa a formação de núcleos resultantes da conjunção de estratégias de colonização, cristianização e apresamento de índios entre os séculos XVI e XVIII. A longevidade do uso da mão de obra escrava indígena e a precoce interiorização que marcaram a colonização do território paulista permitem identificar um mosaico de polarizações nas povoações elevadas a vilas e cidades entre 1800 e 1849. Entre as décadas de 1830 e 1840, Santos, porto que liderava a exportação, e São Paulo, porta para o interior do planalto, ocupavam o topo da hierarquia. Fontes bibliográficas, relatos e estatísticas desenvolvidos no período evidenciam, por um lado, povoações alçadas a vilas e cidades que emergiram como polos no circuito de mercado de escravos que se organizou na faixa litorânea a partir da instalação da feitoria de São Vicente no início do século XVI. Por outro lado, destacam-se povoações que foram se definindo como pontos irradiadores de rotas de bandeiras para apresamento de índios assim como as que se desenvolveram como polos de serviços voltados para tropeiros que adentraram o interior entre os seiscentos e setecentos.

A URBANIZAÇÃO PERNAMBUCANA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX: AS REDES POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, JUDICIÁRIA E ECLESIAÍSTICA

Tiago Carginin Gonçalves

Professor de Geografia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

³ GOMES, Maria do Carmo. Exatas e imprecisas: as imagens cartográficas do Dicionário geográfico, histórico e descritivo do império do Brasil. In SAINT ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*. Belo Horizonte: IPEA, 2014.

Este trabalho discute a urbanização pernambucana no final da primeira metade do século XIX. Apresenta-se um panorama das nucleações urbanas presentes em Pernambuco em 1849, suas principais funções e as relações hierárquicas estabelecidas entre elas. Foram utilizadas seis fontes documentais que indicam a existência de 13 comarcas, quatro cidades, 18 vilas, 56 freguesias e 80 povoações e lugarejos. Esses centros são analisados conforme suas atribuições urbanas, que constituem três redes de naturezas distintas e complementares: político-administrativa, judiciária e eclesiástica. O período foi marcado pela consolidação das áreas ocupadas desde o primeiro século de colonização portuguesa, com destaque para uma rede adensada de núcleos urbanos estruturada em torno da atividade açucareira na Zona da Mata e no litoral, e pela emergência de novas povoações ligadas às fazendas de gado e a antigos aldeamentos indígenas no Sertão e no Agreste. As três redes se sobrepunham territorialmente, tendo em vista que as vilas e cidades, na maioria dos casos, eram também cabeças de comarca, assim como abrigavam diversas freguesias. Destaca-se o caráter urbano dessas aglomerações que, por meio das atividades que desempenhavam, contribuía para a acumulação de riquezas e a circulação de pessoas, mercadorias, ordens e capitais.

A URBANIZAÇÃO E A REDE URBANA DO RIO DE JANEIRO

Fania Fridman – coordenadora

Professora Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Nos dois primeiros quartéis do Oitocentos, o predomínio do café na província fluminense, então a mais rica do império, consolidou a conquista e a submissão de áreas; a multiplicação de núcleos; a estruturação de regiões; a despossessão das terras dos indígenas e a espoliação da mão de obra. Ao quadro urbano da nação independente, acrescentaram-se “gerações” de assentamentos como freguesias, vilas, cidades e colônias agrícolas e industriais acompanhadas pela concentração de habitantes. Após a anexação das vilas de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, atos legais foram promulgados como parte das iniciativas voltadas à organização do território e à distribuição de recursos e de poder através da divisão dos termos e comarcas e da definição da extensão das freguesias e distritos. Caracterizando os planos de ocupação capitaneados pelo “complexo cafeeiro escravista”, são apresentadas informações obtidas em um levantamento sobre o número de povoações e as redes articuladas à multiplicação de caminhos pela Diretoria de Obras Públicas – ligando municípios e não apenas propriedades. Em confronto com o processo de conquista, as insurreições estão presentes no intuito do debate sobre dependência e colonialidade, satelização e polarização.

A POVOAÇÃO DO CENTRO E SUL DO ESPÍRITO SANTO E A “DESPOVOAÇÃO” DO NORTE

Eneida Maria Souza Mendonça

Professora Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Esta exposição aborda a configuração das urbanizações capixabas até a primeira metade do século XIX para demonstrar sua concentração no Centro e Sul do Espírito Santo, em contraste com a denominada “despovoação” do Norte. Foram realizados estudos cartográficos, bibliográficos e documental envolvendo história, economia e política. A ocupação portuguesa iniciada em 1535, na atual Vila Velha, foi estabelecida em sítio físico configurado como uma síntese do entorno, com morros, mata atlântica, manguezal e restinga, além da foz de importante rio que facilitaria a navegação ao interior. Logo a sede da capitania já havia sido transferida para Vitória na mesma baía. Povoados foram instalados, em geral, no litoral e nas proximidades de rios, e houve uma tentativa de ocupação do interior para garimpo de ouro, combatida pelos indígenas. A relação dos jesuítas com o Rio de Janeiro parece ter contribuído para a instalação de vilas entre Vitória e o território fluminense em detrimento do norte do Espírito Santo, situação que se manteve até a primeira metade do século XIX. No entanto, assegura-se que a despovoação do Norte seja relativa, tendo em vista a presença indígena que nessa região teria estabelecido forte resistência à ocupação estrangeira.

PAVUNA DE IGUAÇU: UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA URBANA

Lucia Helena Pereira da Silva

Professora Associada do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

O atual município de São João de Meriti, situado na Baixada Fluminense, teve sua ocupação iniciada ainda no século XVII quando suas terras pertenciam à freguesia de Trairaponga, depois São João do Merity. O trabalho tem o objetivo de analisar a dinâmica urbana daquele território ao longo do século XIX, quando se vinculava ao município-região de Iguaçu. Sempre articulado à cidade do Rio de Janeiro, era dotado de uma pequena e complexa rede urbana tecida através de caminhos terrestres e vias fluviais e alicerçada na centralidade exercida pelo Arraial da Pavuna. Tal rede urbana, constituída a partir do século XVII e que marca ainda hoje o território do município, será examinada através da microanálise. Articulada às escalas geográficas e às múltiplas temporalidades busca-se dar sentido às morfologias pretéritas, cujas lógicas que envolveram os usos destas antigas materialidades desapareceram em uma região periférica, sem que tivesse ainda assumido a condição de periferia. Pretende-se entender o processo de desruralização que ocorreria no final do Oitocentos engendrando a marcha da periferização ao longo das primeiras cinco décadas do século XX.